



Ecosocialistas do PSOL-RS



**A Setorial Ecosocialista do Partido Socialismo e Liberdade /RS
apresenta aos militantes do PSOL pontos
programáticos para contribuir no debate partidário destas eleições de
2026**

Contexto Internacional

A crise prolongada do capitalismo, em uma fase de retração da capacidade da classe trabalhadora em apresentar um projeto alternativo, abriu espaço para a retomada de caminhos autoritários dos mais variados matizes por segmentos das burguesias nacionais e transnacionais. A busca por retomada e ampliação das taxas de lucro acelerou nova corrida por dominação territorial, voltada ao controle de recursos e mercados, a serviço do que o imperialismo assume abertamente a disposição de recolonizar povos e nações. Em vista do interesse na espoliação, aprofunda um cenário de guerras e destruição. Isto ocorre em um contexto no qual sete entre os dez limites planetários já foram ultrapassados, segundo o Instituto Potsdam de Pesquisas sobre Impactos Climáticos, da Alemanha, em artigo divulgado em 24 de setembro de 2025. Ou seja, a maior parte dos limites ecológicos seguros para a vida humana no planeta já estão sendo desrespeitados, porém recebendo pouca atenção, tanto da maior parte da grande mídia quanto da maior parte dos governos e setores da sociedade.

A partir de 2024, o conteúdo de gás carbônico (CO₂) na atmosfera do Planeta Terra ultrapassou 423 partes por milhão (ppm), segundo a Organização Meteorológica Mundial (WMO, 2025). Estes valores estão relacionados ao principal gás de efeito estufa e não têm precedentes, o que configura uma situação dramática do ponto de vista do clima, em que eventos climáticos extremos (secas e enchentes) se acentuam em frequência e magnitude.

Os limites, portanto, nunca estiveram tão evidentes quanto à situação de descontrole do avanço capitalista sobre os recursos naturais, liberação de poluentes e desequilíbrio climático e biogeoquímico. Cujos efeitos são observáveis na maior frequência e intensidade de fenômenos extremos como chuvas intensas, temporais, enchentes, secas, estiagens, ciclones, incêndios, ondas de calor, etc.

Apesar das evidências, a inação e a aceleração do desastre sistêmico seguem de vento em popa, já que as premissas do sistema de crescimento ilimitado não são consideradas. A economia destrutiva, associada às causas das mudanças climáticas não podem ser enfrentadas com base nas premissas sustentadoras do modo de produção hegemônico.

Contexto do Brasil

Após quase quatro décadas de implantação do modelo neoliberal em nosso país, o Brasil se encontra plenamente inserido na dinâmica do capitalismo globalizado como exportador de commodities cuja produção em larguíssima escala se articula com a financeirização e o rentismo, agravando a emergência climática e trazendo prejuízos extraordinários aos territórios e à biodiversidade.

As leis ambientais e sociais, e a própria Constituição Federal de 1988, são alvos de ataques e flexibilização para o avanço da concentração de capital tanto no setor produtivo das commodities quanto no setor financeiro.

Como nos demais países da América Latina, a intensificação da divisão internacional do trabalho em nosso país acentua o papel de grande exportador de matérias primas ou semimanufaturados. Nos últimos dois anos, 2024 e 2025, os três principais produtos de exportação brasileiros foram: o petróleo, a soja e o minério de ferro.

Em 2023, no que toca às 27 unidades da federação, 25 possuíam as commodities liderando e em 11 estados brasileiros o principal produto de exportação é a soja, seguidos de combustíveis e petróleo (incluindo derivados), minério de ferro e aço, entre outros.

Nas últimas décadas, houve uma drástica queda da indústria, em grande parte provocada pela globalização econômica, com o deslocamento de indústrias de países ocidentais para a China e continente asiático. E os setores produtivos no Brasil (nacionais ou estrangeiros) aprofundaram seu caráter neocolonial, no que se pode chamar de reprimarização, consolidando um papel de subserviência do Brasil e países da América do Sul.

Esta ampliação e aprofundamento da espoliação ambiental, tem como contraparte a intensificação da contradição capital /trabalho. Para a expansão acelerada da expropriação de nossas riquezas, certamente não basta alterar o arcabouço técnico-jurídico que trata das questões socioambientais. É necessário contar com uma força de trabalho completamente submetida à busca constante da mera sobrevivência.

A quebra das legislações previdenciária e trabalhista cumpriram papel importante neste sentido, porém medidas de estabelecimento de restrição ao investimento público em políticas sociais tem amplificado os impactos das mesmas sobre a classe trabalhadora. Incapaz de produzir uma economia dinâmica com postos de trabalho de maior qualidade, vivemos a precarização, uberização e plataformação que se estende mesmo aos profissionais liberais. Tal processo tem sido embalado pelo discurso do empreendedorismo que nada mais é do que um estágio avançado do domínio ideológico do capital neoliberal, promovendo a atomização das relações sociais. Assim atomizados, sobrecarregados e em grande parte convencidos de que só lhes resta buscar individualmente sua sobrevivência, aqueles setores que buscam rapinar o país encontram solo fértil também com relação ao fator trabalho, com cada vez menos autonomia para a atuação política.

Consideramos que, do ponto de vista do papel que a institucionalidade tem cumprido, cabe uma análise crítica do papel que têm cumprido as COP do clima na legitimação do capitalismo como única alternativa societária possível. Assim como, da produção de pseudo-soluções para os problemas por ele criado e que, de fato, são somente novos caminhos para a produção de lucro sobre as catástrofes criadas ou incrementadas pelo sistema. As propostas surgidas das

cúpulas têm implicado na adoção de Zonas de Sacrifício do Modelo Econômico no Brasil, e em especial ao RS (Agronegócio, Indústrias Depredadoras, Portos e Grandes Obras, Planos Diretores, Destruição do Litoral e Região Metropolitana), como uma linha base, com outros temas (neoliberalismo em processo de avanço), em especial em privatização galopante, como Saúde, Educação, Habitação, Água e Energia, por exemplo.

Precisamos destacar a corrida liderada pelas grandes potências para a extração de novos materiais - especialmente as Terras Raras. Por esses materiais indispensáveis para a atual expansão da acumulação capitalista provocam e atacam a nossa soberania. Mas nossos governos atrás de protagonismo igualmente ignoram a vulnerabilidade de nossos biomas e os severos impactos sobre comunidades e territórios. No RS a cidade de Caçapava do Sul e o rio Camaquã estão já na mira dessa atividade poluente e as consequências são severas para o bioma pampa já tão atacado.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

O PSOL, desde sua fundação, articula em seu programa a crítica radical à ordem capitalista com a defesa da democracia, da justiça social e ambiental. Afirmamos o ecossocialismo como horizonte estratégico e como prática cotidiana de luta.

A transição que defendemos é ecossocialista, enraizada nas lutas populares, no planejamento democrático da economia e na radical reorganização da relação entre a humanidade e a natureza, orientada pelas necessidades do povo e pelos limites ecológicos.

Assim, um plano de governo do PSOL deve afirmar que não há saída para a crise climática sem ruptura com a lógica do lucro, rejeitando, inclusive, iniciativas que mascarem os esforços de renovação das dinâmicas do capital, como são os casos da falsa economia verde baseada na financeirização da natureza, no capitalismo de carbono, na especulação sobre créditos ambientais e nos pactos empresariais que escondem a destruição sob o marketing.

A crise ecológica e a crise social são expressões inseparáveis de um sistema político e econômico que vive da acumulação permanente, da extração predatória e da exploração desigual. Quanto mais avançamos na destruição do meio ambiente, as calamidades ambientais tornam-se cada vez mais frequentes e graves. A devastação ambiental não é um fenômeno isolado ou técnico, daí precisarmos de uma economia sustentável, descentralizada e desprivatizada, sob uma perspectiva de priorização socioambiental. Não é possível mais aceitar a manutenção dos processos de privatização da água, da energia, dos minérios essenciais, da biodiversidade, das unidades de conservação, e conviver com tantas desigualdades e ausência de direitos sociais e ambientais. Portanto, o diagnóstico da profundidade das perdas sociais e ambientais aponta para as mesmas causas, associadas ao modelo neoliberal capitalista de aceleração do desequilíbrio ecocida dos dias atuais.

Os biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal) são riquíssimos em sociobiodiversidade, constituindo-se em enorme potencial para um desenvolvimento local, diverso, soberano e descentralizado, mas estão a serviço de uma economia da dependência, socioecologicamente disfuncional, atrelada a um sistema financeiro que promove as monoculturas de exportação, a mineração predatória, a concentração de terras por meio da expansão do gado na Amazônia, o que

garante os lucros das grandes corporações do agronegócio, dos minérios e da energia. No RS, o Pampa e a Mata Atlântica sofrem essa degradação, inclusive, se nada for feito, prosseguirão as ameaças de extinção, a perda dos modos de vida sociobiodiversos e o comprometimento ainda maior da qualidade de vida.

Essa lógica mega-extrativista gera não só aumento das emissões de gases de efeito estufa, mas também expulsão de povos indígenas, quilombolas e camponeses, contaminação de águas, pulverização de agrotóxicos sobre alimentos e comunidades, urbanização precária e crise hídrica nas periferias. A utilização em larga escala de agrotóxicos, que situa o Brasil como um campeão no uso destes produtos, muitos proibidos na União Europeia, gera impacto na saúde e no meio ambiente. E o princípio da precaução que as instituições de estado, as de controle sanitário e regulação ignoram, já que as políticas públicas são determinadas pela bancada do agro, que domina em 60% o Congresso Nacional. Dessa forma, o setor do agronegócio e todo o sistema de seu financiamento e facilidades são corresponsáveis pelo adoecimento de populações e animais e pelo envenenamento da terra e águas.

A emergência climática atinge de forma desigual territórios e corpos. Mulheres pobres e negras, povos originários, ribeirinhos, trabalhadores precários, juventudes periféricas e comunidades urbanas vulneráveis são os mais impactados e, ao mesmo tempo, os menos ouvidos nas decisões sobre a política ambiental. Essa desigualdade expressa o racismo ambiental, que naturaliza a exposição desproporcional de populações e marginalizadas aos riscos socioambientais, negando-lhes o direito à terra, ao território, à água limpa e à participação efetiva nas decisões que afetam suas vidas.

Defendemos transformar estruturalmente o modelo de desenvolvimento, colocando a vida no centro e reorganizando a economia, sem a subserviência imperialista e burguesa, segundo critérios ecossocialistas, portanto, que avancem na superação da dupla fatura entre capital e trabalho e capital e natureza. Lutamos por um modelo que construa as condições para a plena emancipação em todas as dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas e ecológicas. É insustentável a manutenção de um sistema econômico de crescimento infinito (permanente) em um mundo onde os bens comuns são finitos. Precisamos superar a ideia de progresso e crescimento balizados pela concentração da riqueza e esgotamento de recursos e a transformação de bens essenciais em mercadoria. Buscamos uma mudança radical nos modos de produção e consumo, por meio de processos equitativos e democráticos que impliquem em rupturas com o modelo capitalista hegemônico mundial. Tal desafio impõe um processo político de ruptura e transformação revolucionária e transição no rumo de um projeto emancipatório que construa as bases de uma nova sociedade sem classes e interdependência estreita e mais harmônica com a natureza.

Para alcançarmos a superação deste modelo capitalista ecocida atual, buscamos um caminho de luta ecossocialista e também internacionalista. O Sul Global precisa recusar as imposições do imperialismo de falsas soluções climáticas que exige austeridade das políticas públicas e sacrifício da população enquanto os países ricos seguem poluindo. Ao mesmo tempo, o pagamento da dívida pública para bancos credores privados, consome metade do orçamento federal, dívida que jamais foi auditada embora isto esteja previsto na constituição. A sangria dos recursos públicos permanece intacta enquanto é restringido o investimento em políticas públicas para atender a população e

cuidar do meio ambiente. Rejeitamos os acordos coloniais disfarçados de compromissos ambientais. A dívida climática histórica deve ser paga não com mais subordinação, mas com reparação ambiental, transferência tecnológica sem condicionantes, soberania energética e autonomia sobre nossos territórios. O ecossocialismo precisa atravessar todo o programa do PSOL, a vida em primeiro lugar, estancando, para isso, a inércia do modelo neoliberal entranhado nas políticas públicas.

É fundamental construir alianças entre os movimentos populares, sindicais, indígenas, quilombolas, periféricos e ambientalistas, com apoio da academia comprometida com ciência e tecnologias sociais, para formar um bloco de força ecossocialista nas lutas do presente.

Por uma transição ecossocialista com o povo no poder

A crise climática-socioambiental é o maior desafio do nosso tempo. Não se trata apenas de evitar o colapso ecológico, mas de reinventar o mundo, de forma urgente, a partir das práticas concretas de solidariedade, justiça e resistência, o que implica no combate às bases do sistema capitalista. O modelo econômico transição ecológica que queremos requer uma transição popular, feminista, antirracista, anticapacitista, antipatriarcal, e com base na ciência. Não virá de cima, nem será concessão do capital. Será conquista do povo organizado, consciente de seus direitos, em luta por uma nova civilização, longe do ecocídio capitalista.

PONTOS PARA PLANOS DE GOVERNO E SUBSÍDIOS PARA CANDIDATOS

Esses pontos não podem ser tratados como medidas isoladas, mas como parte de um projeto que enfrente o modelo de desenvolvimento baseado na exportação de commodities, na destruição dos territórios e na subordinação ao capital. Um plano de governo do PSOL deve afirmar que não há saída para a crise climática sem ruptura com a lógica do lucro e construção de uma economia planejada democraticamente, orientada pelas necessidades do povo e pelos limites ecológicos:

Medidas de Enfrentamento à Crise Climática

Enfrentar a crise climática é, ao mesmo tempo, defender direitos humanos. A justiça climática só se constrói com a voz e a participação ativa de quem mais sofre seus impactos — povos indígenas, comunidades tradicionais, populações negras, moradores de periferias e tantas outras pessoas que já vivem, no presente, secas devastadoras, enchentes violentas, perda de territórios ancestrais e violações sistemáticas de direitos. Especialmente cabe proteger os povos indígenas diante das violações de direitos. Combater a tese do Marco Temporal e as tentativas de restabelecer condicionantes aos direitos sobre territórios e modo de vida. Tudo isso implica na inversão de recursos públicos para outra economia não predatória, de produção de bens e serviços essenciais, sem privatizações, subsídios ou isenções para combustíveis fósseis.

Nacional

Rever os compromissos do Brasil com as metas climáticas, dentro de outro paradigma que deve passar pelo diagnóstico do modelo econômico neoliberal energívoro, destruidor e concentrador atual. A construção de um

plano de transição energética requer um grande plano de uso racional, o combate ao desperdício e a busca de outro modelo soberano, descentralizado, colaborativo e com controle público, priorizando energias renováveis sob gestão estatal e comunitária.

Estadual

- Decretar Emergência Climática no Estado;
- Instituir um Plano Estadual de Enfrentamento à Crise Climática, que envolva a revisão da matriz econômica energívora e busque a reconversão do setor produtivo, invertendo o modelo que prioriza a exportação de commodities, na produção de bens essenciais com sustentabilidade socioambiental. Ao mesmo tempo, busque o estabelecimento de metas obrigatórias de redução de emissões, adaptação e resiliência climática, com cronograma público, controle estatal e social, e integração entre municípios;
- Priorização da estrutura de prevenção e minimização das consequências socioambientais de desastres, como as enchentes recorrentes no estado, bem como secas prolongadas;
- Promover a justiça ambiental e popular: ampliação da democracia ambiental, com redução das desigualdades e protagonismo dos territórios atingidos; criação de mecanismos de reparação climática e autonomia energética comunitária, especialmente para territórios indígenas, quilombolas e periferias urbanas que sofrem os efeitos do racismo ambiental; fortalecimento da educação ambiental crítica, popular e antirracista, com base nas vocações socioambientais locais.

Municipal

- Garantia do estabelecimento de sistemas eficientes anti-enchentes nos municípios, que envolvam, como no caso de Porto Alegre, o conserto, a manutenção e a modernização de comportas, casas de bomba, diques, etc.
- Ampliação do sistema anti-enchentes, como no caso de bairros de Porto Alegre onde não há proteção contra cheias.
- Construção Participativa de Planos Municipais de Contingência a eventos climáticos extremos, dotando estrutura compatível com Defesa Civil Estadual e Municipal com quadro efetivo de funcionários concursados e preparo da população.

Democracia ambiental e controle social

A desoneração das exportações de commodities brutas não só desindustrializou o país, mas também aprofundou crises sociais, econômicas e ambientais. O RS perdeu aproximadamente R\$ 150 bilhões em 30 anos de vigência da Lei Kandir. A perda anual atual gira em torno de R\$ 7,5 bilhões. Denunciar os impactos Sociais: Concentração fundiária e da renda, exclusão e êxodo rural. Segundo o IBGE, 3% dos proprietários controlam 48,6% das terras agricultáveis no RS. Como consequência temos o aumento dos conflitos agrários, bolsões de miséria no entorno de grandes propriedades, a monocultura da soja impactando a biodiversidade através do uso intensivo de agrotóxicos e

de sementes transgênicas.

Nacional

- Propor a revogação da Lei Kandir via Bancada na Câmara Federal e Senado, buscando diminuir a dependência de exportações de commodities (soja, fumo, celulose etc.) e incrementando a produção de mercadorias com valor agregado;
- Investindo em atividades que não concentram renda e não contribuem para a ampliação do passivo ambiental.

Estadual

- Criar conselhos populares deliberativos na área ambiental, garantir consulta prévia a povos e comunidades tradicionais e institucionalizar mecanismos de participação direta nas decisões estratégicas.

Energia como direito e bem comum com descarbonização acelerada da matriz energética

Nacional

Planejamento público e descentralizado da transição energética, com soberania popular sobre os meios de produção e distribuição de energia; descarbonização da matriz energética com justiça social; incentivo às cooperativas de energia solar comunitária, à geração descentralizada e ao controle social sobre empresas como Petrobras e Eletrobras.

Ampliar o investimento estatal na geração de energia renovável, descentralizada e justa, com racionalização dos padrões de consumo. Para tanto, sobretaxar os que mais poluem e consomem supérfluos: grandes setores econômicos e as classes sociais ricas — a fim de atender à questão da emergência climática e energética ligada aos gases de efeito estufa.

Estadual

- Proibir novos projetos de carvão mineral e suspender os investimentos governamentais em empreendimentos existentes;
- Acelerar a reconversão produtiva das economias regionais dependentes da atividade, conforme compromissos internacionais, reduzindo os prazos de eliminação da exploração de carvão no RS;
- Manter os questionamentos ao IBAMA sobre a licença para perfuração de petróleo na Bacia de Pelotas e denunciar o abandono das metas climáticas.

Desdobramentos a serem enfrentados

Setores poluentes e degradantes precisam ser substituídos por empregos sustentáveis, com investimentos em infraestrutura limpa. Essa transição passa por postos de trabalho socialmente úteis e que rompam com a lógica do crescimento infinito. Alertar a população dos municípios sobre os riscos de vazamentos, impactos nas atividades pesqueiras, no modo de vida e na saúde das comunidades atingidas, além do grande impacto na biodiversidade marinha, nas rotas de aves migratórias e na proteção da baleia Jubarte e de outras espécies.

Defesa dos biomas Pampa e Mata Atlântica

Nas últimas quatro décadas, o Pampa gaúcho perdeu mais de 3,3 milhões de hectares de vegetação nativa, acelerado do ano 2000 em diante com a conversão de campos nativos em lavouras. O bioma possui uma biodiversidade

riquíssima e, proporcionalmente ao seu tamanho, foi o que mais perdeu vegetação nativa entre os biomas brasileiros.

O cultivo de eucaliptos, pinus e acácia gera desertos verdes que tem alto consumo de água e agrava estiagens, ao mesmo tempo causa degradação, queimadas e erosão do solo. As monoculturas de árvores geram perda da biodiversidade, tudo para abastecer países ricos deixando todos os impactos com o povo gaúcho, aumentando os efeitos das mudanças climáticas e agravando a insegurança da população mais vulnerável.

Ainda, as fazendas eólicas impactam o litoral, a fronteira oeste e mais recentemente avançam sobre a campanha gaúcha.

O modelo de mega projetos eólicos invadem territórios sem a escuta de comunidades e sem a avaliação dos impactos na saúde e na biodiversidade.

Estadual

- Revogação do autolicensingamento e fortalecimento do licenciamento ambiental público;
- Reverter mecanismos de flexibilização ambiental (como o autolicensingamento), recompor quadros técnicos da FEPAM e garantir critérios rigorosos, transparentes e baseados na ciência, fortalecendo os órgãos públicos estaduais, em especial no tema ambiental (SEMA, FEPAM), com fortalecimento da fiscalização, controle e gestão ambiental;
- Criar um plano específico de proteção e recuperação do Bioma Pampa (historicamente negligenciado) e da Mata Atlântica, com ampliação de unidades de conservação e combate efetivo ao desmatamento, com participação das comunidades envolvidas, controle público e investimento em banco para reflorestamento de plantas nativas;
- Estancar o avanço da soja no bioma Pampa revendo o zoneamento que transformou a região em o segundo bioma mais devastado do Brasil;
- Rever a legislação estadual e zoneamento para estancar a expansão da silvicultura no Rio Grande do Sul e reverter áreas de interesse ecológico para reflorestamento da mata nativa;
- Rever o modelo de implantação das fazendas eólicas e a política de concessão de áreas, ouvindo comunidades atingidas e os diversos movimentos de resistência.

Reforma agrária ecológica e incentivo à agroecologia

A valorização dos saberes populares e dos modos de vida tradicionais associado a medidas concretas de estímulo à produção e distribuição local, destinada à satisfação das necessidades vitais da população contribuem para a soberania e segurança alimentar, nutricional e ao aumento da saúde na população, diminuindo a incidência de câncer, problemas neurológicos e outras doenças causadas pelos agrotóxicos.

- Promover a democratização do acesso à terra, com apoio técnico e financeiro à agroecologia, substituindo o modelo do agronegócio baseado em monocultura e agrotóxicos, com programas de redução drástica e controle rígido do uso de agrotóxicos, inicialmente banindo os agrotóxicos proibidos na União Europeia e outros locais e ainda usados no RS;
- Combater a pulverização aérea através de legislação;
- Ampliar a fiscalização para estrangular a atividade desde o licenciamento dos agrotóxicos até a completa proibição;

- Planejamento para transição agroecológica adequada às realidades regionais e biomas; - Implantar sistema de fomento à agroecologia, à produção orgânica, à produção familiar e camponesa, aos assentamentos sustentáveis e à soberania alimentar;
- Incentivar o consumo de orgânicos, através de programas de alimentação saudável e incentivo às feiras de produtores;
- Ampliar os laboratórios de pesquisa e produção de biofertilizantes e biodefensivos, envolvendo a UERGS em parcerias com as experiências já em andamento (ao menos Viamão e Santa Maria) e ampliando para todas as regiões de atuação da universidade;
- Garantir ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) continuada para todas as agricultoras e todos os agricultores, bem como para pequenos pecuaristas que tenham interesse em realizar a transição agroecológica.

Revolução urbana e direito à cidade com trabalho, renda e vida digna Nacional

- Apoiar a redução da jornada de trabalho sem cortes salariais para garantir mais empregos e melhor qualidade de vida, promovendo o bem-estar coletivo com mais tempo para a vida comunitária.

Estadual

- Propor a Política estadual de combate ao racismo ambiental, mapeando territórios vulnerabilizados (periferias urbanas, comunidades quilombolas, indígenas) e priorizar investimentos em saneamento, moradia digna, mobilidade e infraestrutura resiliente, com participação popular;
- Enfrentar a especulação imobiliária e o colapso urbano gerado pela lógica do mercado, por meio do estímulo ao desenvolvimento de planos diretores populares e ecológicos;
- Articular políticas de uso do solo, investindo em moradias nos centros urbanos, recuperação de áreas populares e áreas de lazer públicas, combate à expansão desordenada, especialmente grandes obras imobiliárias que suprimem áreas verdes de mata nativa e fauna silvestre urbanas e rurais; implementar a reabilitação qualificada de prédios urbanos desocupados/ abandonados para moradias de interesse social.
- Arborização urbana e contenção das ilhas de calor;
- Estruturar programa de estímulo à formação de cooperativas habitacionais populares, articuladas com mecanismos de regularização fundiária, associando com frentes de trabalho nas áreas de construção civil;
- Ampliar os investimentos em iluminação pública eficiente, infraestrutura comunitária e equipamentos urbanos que contribuam para a qualidade de vida da população;
- Integrar as políticas de infraestrutura, saneamento, mobilidade, habitação e meio ambiente, garantindo desenvolvimento regional com sustentabilidade, justiça social, proteção dos recursos naturais e melhoria permanente da qualidade de vida da população gaúcha;
- Apoiar investimentos na rede de atenção básica à saúde, fortalecendo postos de saúde, equipes multiprofissionais e serviços especializados regionalizados.

Desmercantilização da natureza e Soberania sobre os Recursos Hídricos Nacional

- Criação de condições para o estabelecimento da soberania popular sobre recursos hídricos e energéticos, e a produção e distribuição de alimentos;
- Fim das concessões de florestas, rios, aquíferos e bens comuns à exploração privada;
- Encerrar a especulação com créditos de carbono e pagamento por serviços ambientais;
- Revogar o Novo Marco do Saneamento.

Estadual

- Reverter privatizações de CEEE e CORSAN e fortalecer as empresas públicas ainda em operação como DMAE e SEMAE, com controle social;
- Punir as empresas privadas que estão destruindo o direito à água de qualidade e energia com apagões e preços elevados;
- Pressionar o governo federal e BNDES para cessar os investimentos em privatizações;
- Garantir acessibilidade universal à água e ao saneamento ambiental, reconhecendo a água como direito e não mercadoria;
- Investimento na criação de complexos produtivos descentralizados, voltados ao suprimento das demandas vinculadas ao tratamento e fornecimento de água e saneamento, fundado em alternativas ecologicamente viáveis;
- Implementar uma política estadual de segurança hídrica voltada à proteção dos aquíferos, das bacias hidrográficas e das fontes de abastecimento público, garantindo que toda exploração de águas subterrâneas observe rigorosamente o equilíbrio entre retirada e reposição natural dos recursos hídricos;
- Estabelecer monitoramento permanente dos aquíferos estratégicos do Estado, com controle público sobre volumes captados, níveis dos lençóis subterrâneos, qualidade da água e impactos sobre poços existentes, nascentes, áreas úmidas e sistemas de abastecimento locais;
- Garantir que qualquer captação de grande porte somente seja autorizada mediante comprovação técnica de sustentabilidade hídrica de longo prazo, assegurando que o consumo não ultrapasse a capacidade natural de recarga das bacias hidrográficas;
- Proibir a exploração de águas subterrâneas por poços profundos destinados à exportação hídrica ou ao abastecimento regional em volumes superiores à capacidade de recarga natural dos aquíferos, assegurando que a utilização das águas subterrâneas tenha como prioridade o abastecimento das comunidades locais e a preservação do equilíbrio hidrológico das bacias;
- Concluir e colocar em operação a Estação de Tratamento de Água de Itapuã (ETA Itapuã), assegurando o aproveitamento dos investimentos públicos já realizados e ampliando a oferta de água para abastecimento residencial, comercial, industrial, serviços públicos, limpeza urbana e irrigação;

- Promover estudos técnicos para implantação de um sistema público estadual de envase e distribuição de água potável proveniente do Aquífero de Águas Claras, por meio de empresa estatal ou instrumento público equivalente, garantindo fornecimento à população a preço de custo ou subsídios.

Saneamento Básico, Reestatização dos Serviços Públicos Concedidos e Recuperação Ambiental

- Ampliar os investimentos em coleta, tratamento e destinação adequada dos esgotos urbanos, reduzindo a contaminação de arroios, lagos, rios e reservatórios utilizados pela população;
- Priorizar a eliminação de ligações inadequadas entre redes de esgoto e drenagem pluvial, reduzindo alagamentos, odores, contaminação ambiental e prejuízos à saúde pública;
- Criar programas estaduais de apoio técnico e financeiro aos municípios para modernização dos sistemas de saneamento, especialmente nas áreas periféricas e comunidades historicamente desassistidas;
- Enquanto não forem reestatizados os serviços públicos sob concessão, garantir transparência dos indicadores de qualidade e eficiência dos mesmos, assegurando ampla divulgação dos resultados e mecanismos acessíveis de participação dos usuários;
- Fortalecer a fiscalização ambiental sobre obras de infraestrutura e perfurações profundas, assegurando monitoramento permanente dos impactos sobre recursos hídricos, solos e ecossistemas associados;
- Promover programas de recuperação de áreas degradadas e de proteção dos mananciais utilizados para abastecimento humano;
- Promover obras de drenagem urbana para reduzir alagamentos e melhorar as condições sanitárias das comunidades.

Gestão de Resíduos Sólidos, Reciclagem e Economia Circular

- Implementar uma política estadual de gestão integrada de resíduos sólidos baseada na redução, reutilização, reciclagem e compostagem dos resíduos orgânicos;
- Apoiar os municípios na implantação e ampliação da coleta seletiva, das centrais de triagem e dos sistemas de compostagem, reduzindo o volume destinado a aterros sanitários;
- Promover e apoiar as cooperativas de catadores e de reciclagem por meio de linhas especiais de financiamento, crédito assistido e incentivos públicos destinados à aquisição de veículos, caminhões, prensas, esteiras, equipamentos de triagem e infraestrutura operacional;
- Estimular a geração de trabalho e renda vinculada à economia circular e à valorização dos resíduos recicláveis;
- Proibir a implantação de aterros sanitários em áreas de proteção ambiental, áreas de recarga hídrica, vertentes, nascentes, áreas de produção agrícola e pastoril, territórios indígenas, comunidades tradicionais e demais áreas ambientalmente sensíveis;
- Combater o descarte irregular de resíduos por meio de ações integradas de educação ambiental, fiscalização e infraestrutura adequada para recebimento de entulhos e resíduos especiais;

- Ampliar a coleta seletiva para todo o estado, apoiando cooperativas de catadores, aumentando ecopontos de coleta seletiva na região metropolitana e implementar políticas de redução na fonte, logística reversa.

Mobilidade sustentável e Infraestrutura de Transportes

- Implantar a TARIFA ZERO e investir massivamente em transporte público de qualidade, - Estímulo à eletrificação da frota e redução do uso de automóveis individuais;
- Expansão do transporte público de qualidade, gratuito e 100% elétrico;
- Desenvolver um programa de modernização da mobilidade da Região Metropolitana de Porto Alegre, reduzindo tempos de deslocamento e ampliando a integração entre os municípios;
- Defender a expansão da TRENURB para Viamão e demais municípios da Região Metropolitana, como eixo estratégico de mobilidade, integração regional, redução dos tempos de deslocamento e desenvolvimento econômico e social;
- Implantar paradas de transporte coletivo modernas, fechadas, iluminadas, acessíveis, seguras e protegidas da chuva, do vento e do frio, garantindo mais conforto e dignidade aos usuários do transporte público;
- Garantir, em cooperação com os municípios e respeitadas as responsabilidades de cada ente federativo, a implantação de iluminação pública, sinalização viária completa, ciclovias, passeios públicos e acostamentos nas vias de trânsito com velocidade igual ou superior a 40 km/h;
- Ampliar os investimentos estaduais em recuperação, pavimentação, sinalização, acostamentos, ciclovias e dispositivos de segurança nas rodovias e vias de ligação intermunicipal;
- Garantir que as rodovias estaduais localizadas em áreas urbanas ou de expansão urbana possuam padrão completo de infraestrutura, incluindo acostamentos, ciclovias, passeios públicos, iluminação, sinalização horizontal e vertical, arborização urbana e pavimentação das vias laterais com blocos intertravados (pavers), visando à segurança, à mobilidade e à qualidade ambiental;
- Criar programas de apoio aos municípios para qualificação dos espaços públicos, ampliação da acessibilidade urbana e melhoria das condições de circulação de pedestres;
- Instituir programas estaduais de apoio à implantação, recuperação e manutenção dos passeios públicos, assegurando acessibilidade universal, segurança, drenagem adequada e condições dignas de deslocamento para idosos, pessoas com deficiência, crianças e demais usuários.

ENFRENTAMENTOS IMEDIATOS ÀS AMEAÇAS CONJUNTURAIS DE IMPACTO ESTRUTURAL DE LONGO PRAZO

Barrar o projeto da CMPC previsto para Barra do Ribeiro/RS

A indústria de celulose figura entre as mais poluentes em escala global, o lançamento conjunto de efluentes provenientes da unidade projetada em Barra do Ribeiro somados aos da planta já em operação na cidade de Guaíba, duplica a emissão de efluentes altamente tóxicos no lago Guaíba.

Bairros e estações de tratamento de água de Porto Alegre recebem já uma carga desse poluente. Com a ampliação teremos uma situação inédita no cenário internacional, na qual um único corpo hídrico interior passaria a receber descargas de duas fábricas de grande porte, com elevada carga de contaminantes persistentes, constituindo-se no maior pólo de poluição das indústrias de celulose do mundo.

O projeto reproduz uma arquitetura de desenvolvimento já consolidada no Rio Grande do Sul: a monocultura de soja ocupa 6,8 milhões de hectares no estado, que figura entre as 11 unidades da federação cuja principal exportação é a commodity agrícola. A celulose insere-se nessa mesma lógica, exportação de matéria-prima de baixo valor agregado para mercados externos, com industrialização do produto ocorrendo em outro hemisfério.

A promessa de 2.300 empregos (a maioria na fase de instalação) contrasta com o volume de efluentes: 242 milhões de litros diários, equivalente ao esgoto de uma população de 1,4 milhão de pessoas. Esse descarte ocorreria a apenas 6 km das adutoras que abastecem a região metropolitana de Porto Alegre.

O Risco Inédito e Não Calculado

O Guaíba, já pressionado pela mega indústria existente, receberia uma carga poluidora sem precedentes em escala global. A concentração de quase 5 milhões de toneladas de celulose/ano e 398 milhões de litros de efluentes/dia em um único corpo d'água interno é inédita mundialmente.

A ameaça direta atinge 7.078 pescadores que dependem do Guaíba para sua subsistência. A ameaça indireta, e potencialmente mais grave, é a contaminação do sistema hídrico que abastece a maior aglomeração urbana do estado, com adutoras de captação de água situadas a curta distância do ponto de descarte.

O caso CMPC no RS ilustra uma dinâmica recorrente na economia brasileira: Externalização de custos: Riscos ambientais e sociais transferidos para populações locais e ecossistemas.

Barrar o Porto Meridional

Dar voz às comunidades atingidas: A construção do Porto Meridional de Arroio do Sal enfrenta críticas severas, focadas em graves impactos ambientais, como erosão costeira e alteração das correntes marinhas com grandes riscos ao bioma e à biota. Cientistas da UFRGS e pesquisadores alertam sobre danos ao turismo, desvalorização imobiliária e pressão sobre a infraestrutura local (saúde/segurança). O projeto de iniciativa privada está na fase de licenciamento prévio no IBAMA.

Proteger a economia local: Denunciar o prejuízo à pesca colaborativa e artesanal que será impactada pela instalação de molhes e pela dragagem em mar aberto. O modo de vida pesqueiro e das comunidades que vivem do turismo sofrerão as consequências perversas do empreendimento devido à poluição, tráfego de navios e alteração do ecossistema.

A estrutura logística não se restringe ao porto e instalações, toda a

infraestrutura necessária para o escoamento das cargas, de rotas rodoviárias e energia exigirão grandes aportes de recursos públicos. Mesmo os recursos privados para investimento receberão incentivos de bancos públicos. Toda a sociedade gaúcha pagará a conta de um alardeado investimento privado em anéis rodoviários e segurança pública. Além da estrutura portuária de Rio Grande que será impactada pelo compartilhamento do escoamento de cargas via Atlântico.

Barrar o lançamento de esgoto no rio Tramandaí

A colocação de emissários para lançamento de esgoto direto no rio Tramandaí afeta banhos, o nascimento de peixes, polui a água, coloca em risco a vida de peixes como traíra e outros, além de botos. Não foram feitos estudos técnicos que analisem os efeitos de lançamentos contínuos de efluentes sobre a qualidade da água, a biota aquática, a pesca artesanal e a captação de água para abastecimento público. Além da necessidade de avaliar impactos cumulativos de outros lançamentos existentes na região. Não houve monitoramento ambiental nem análise de como afetará ecossistema, saúde pública e comunidades que vivem dos recursos naturais.

Barrar o projeto Scala AI City (Data Centers)

Falta de Consulta Pública e Transparência: ausência de diálogo com as comunidades locais, incluindo assentamentos e aldeias indígenas. Omissão quanto aos impactos sobre a saúde das comunidades atingidas, especialmente considerando os ruídos dos sistemas de refrigeração e a poluição do ar gerado pelas usinas, bem como pelo alto consumo de água e energia que muitas vezes faltam à população local.

Impacto e Gestão de Recursos: Este projeto planeja operar com uma capacidade energética massiva, sobrecarregando a matriz energética do estado. O RS depende do carvão mineral para 22% de sua geração elétrica. Quando a demanda explode, as termelétricas a carvão são acionadas, exatamente o tipo de fonte que deveria estar sendo eliminada, em vez de estimulada.

Mesmo utilizando sistema fechado de resfriamento, a Scala AI City poderá consumir um volume equivalente a cerca de 30% de toda a água utilizada diariamente no município de Eldorado do Sul.

Contraste Social Pós-Enchentes: O projeto tem prioridade política, o terreno escolhido, por ser mais alto e não alagar, contrasta com grande parte da população da cidade, fortemente impactada pelas enchentes de 2024, que ainda enfrenta graves problemas de moradia e infraestrutura.

Efetividade dos Empregos: Apesar da promessa de milhares de postos de trabalho, especialistas alertam que a maioria das vagas se restringe à fase de construção civil, com baixa geração de empregos diretos permanentes e de longo prazo para a população residente.

Colônia Digital: Como já acontece com a soja e minérios vamos virar também "colônia digital": fornecer energia barata, água, território e minerais estratégicos, mas sem contrapartidas de soberania tecnológica ou desenvolvimento industrial nacional.

Os impactos das 5 rotas de integração sul-americana que encurtam a travessia de mercadorias exportadas para a Ásia através do oceano Pacífico excedem em muito a transformação do espaço geográfico e as possibilidades de ganhos econômicos para setores exportadores de commodities. Serão beneficiários das novas rotas os monocultivos e a carne bovina de intensa valorização destinados ao mercado asiático. Participação social: A construção dessas rotas em diferentes países da América do Sul integra novas estradas, traçados, pontes e estruturas preexistentes.

Passam por diversos territórios e até mesmo montanhas com grandes impactos para povos e comunidades. Proteger comunidades originárias e tradicionais: A Rota Sul partirá de SC passando pelo norte e noroeste do RS/Uruguai/Argentina até os portos do Chile, exercendo forte pressão sobre a paisagem, sobre pequenas/ médias propriedades e territórios. Igualmente commodities, como a soja e a silvicultura com seus derivados, serão os grandes “negócios” impulsionados pelos corredores de “desenvolvimento”. Mesmo ampliando a presença no mercado platino é a perspectiva do grande mercado asiático que definirá a ocupação de novas rotas de infraestrutura com impacto na urbanização de áreas rurais. Não apenas a paisagem mudará, mas a pressão sobre o espaço provocará deslocamentos de comunidades, muitas originárias e tradicionais.

Empregos Sustentáveis em uma Transição Ecosocialista para evitar o fim do mundo e chegar com dignidade ao fim do mês:

Agroecologia e Reflorestamento Comunitário

- Substituição do agronegócio por sistemas agroflorestais, recuperação de nascentes e corredores ecológicos;
- Técnicos e técnicas em agroecologia (formação popular);
- Manejadores de sementes crioulas;
- Brigadas de reflorestamento com espécies nativas (paga pelo Estado, gerida por comunidades);
- Agentes de manejo sustentável de florestas;
- Pescadores artesanais com gestão comunitária de lagos e rios;
- Energia Renovável Descentralizada e Comunitária;
- Instaladores e mantenedores de sistemas fotovoltaicos em telhados de escolas, postos de saúde, cooperativas, etc;
- Técnicos em mini-redes elétricas comunitárias (gestão local da energia);
- Operadores de biodigestores em assentamentos e cooperativas agrícolas;
- Auditoras populares de eficiência energética (visitam casas, orientam e acompanham);
- Cuidado e Saúde Preventiva Comunitária;
- Ampliação massiva da atenção primária, mas com mudança de paradigma: cuidar da saúde ambiental, mental, coletiva. Integração com educação, alimentação e lazer;

- Agentes comunitários de saúde ampliados (não apenas visita domiciliar, mas articulação com hortas e grupos de caminhada);
- Doula e parteira tradicional reconhecida e remunerada pelo SUS;
- Cuidadores de idosos e pessoas com deficiência;
- Educadores em saúde ambiental (vínculo entre doença e degradação do entorno).

Construção e Reforma de Baixo Carbono

- Pedreiros e pedreiras especializados em reestruturação energética (isolamento térmico, ventilação natural e captação de água de chuva);
- Artesãos em materiais de construção sustentável;
- Técnicos em reuso de água em escala domiciliar e comunitária;
- Jardineiros de áreas comuns e hortas urbanas (integrados à arborização e à produção de alimentos);
- Transporte Coletivo e Mobilidade Ativa;
- Redução drástica do transporte individual. Expansão de trens, VLTs, metrô, corredores de ônibus elétricos, ciclovias arborizadas, calçadas dignas;
- Motoristas e auxiliares de transporte público (condições dignas, não precarização);
- Mecânicos e mecânicas em manutenção de frotas elétricas e ferroviárias;
- Operadores de sistemas de transporte integrado (gestão pública, não concessão privada);
- Construtores de ciclovias e calçadas (mão de obra intensiva, baixo carbono);
- Arborizadores urbanos (plantio e manutenção de árvores em corredores de mobilidade);
- Educação Ambiental e Formação Popular;
- Educadores em agroecologia escolar (hortas pedagógicas e cozinhas comunitárias nas escolas);
- Formadores populares em energia solar, construção sustentável e saúde preventiva;
- Mediadores em museus e centros de memória ambiental (narrativas locais de resistência e adaptação);
- Técnicos em comunicação comunitária (rádios, jornais de bairro e redes sociais locais);
- Pesquisadores em saberes tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) com devolução às comunidades;
- Recuperação de Áreas Degradadas e Gestão de Resíduos;
- Brigadas de recuperação de áreas degradadas por mineração (reconstituição de solo, revegetação e contenção de rejeitos);
- Catadoras e catadores organizados em cooperativas de reciclagem (reconhecidos como trabalhadores formais, com equipamentos de proteção e salário digno);

- Técnicos em compostagem comunitária e produção de adubo orgânico;
- Operadores de usinas de reciclagem de materiais complexos (eletrônicos, baterias e pneus);

Cultura, Arte e Lazer Comunitário

- Redução da jornada de trabalho libera tempo. Esse tempo precisa ser preenchido com vida, não consumo. Cultura como direito, não como indústria;
- Artistas e artistas comunitários (teatro de rua, circo, música, dança em praças e escolas);
- Gestores de espaços públicos de lazer (parques, quadras, bibliotecas de bairro abertas até tarde);
- Contadores de histórias e guardiões da memória oral;
- Organizadores de festivais e encontros locais (não megaeventos, mas celebrações de bairro);
- Produtores culturais em mídias comunitárias (rádios web, jornais de bairro, cinema itinerante);

Ciência e Tecnologia ao Serviço da Vida

- Ciência aberta, cooperativa, voltada para necessidades concretas das comunidades;
- Pesquisadores em adaptação climática local (variedades de milho resistentes à seca, técnicas de captação de água em regiões semiáridas);
- Desenvolvedores de software livre para gestão pública (transparência, participação e planejamento);
- Técnicos em manutenção e reparo (fim da obsolescência programada; direito ao reparo como lei);
- Engenheiros em sistemas de água e saneamento de baixo custo (soluções apropriadas, não megaempreendimentos);
- Biólogos e biólogas em monitoramento participativo de ecossistemas (comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas como protagonistas);
- Desmilitarização das polícias. Criação de corpos de defesa comunitária voltados para proteção ambiental, prevenção de desastres, acolhimento em situações de crise climática;
- Brigadas de prevenção e combate a incêndios florestais (comunidades treinadas, equipadas e remuneradas);
- Agentes de defesa civil comunitária (alerta precoce de enchentes, deslizamentos e secas);
- Mediadores de conflitos e acolhedores em situações de violência doméstica e comunitária;
- Guardiões de territórios indígenas e quilombolas.